Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

EDUCAÇÃO

Crise aprofunda fosso educacional

Avaliação do MEC mostra maior reprovação no ensino fundamental da rede pública, enquanto escolas particulares registram maior aprovação. Mais estudantes ingressam no ensino médio com frágeis noções de português e matemática

27%
É o percentual de acerto obtido por estudantes secundaristas em questões de matemática, segundo estudo divulgado pelo MEC.

As escolas públicas de ensino fundamental do Brasil registraram aumento na reprovação de alunos entre 2020 e 2021, ao contrário das escolas particulares, que tiveram aumento na taxa de aprovação do 1º ao 5º ano, segundo avaliação inédita do Ministério da Educação que retrata o impacto da pandemia nas escolas. Pela primeira vez, o teste foi aplicado em alunos das redes pública e privada.

Nas escolas particulares, o indicador de aprovação aumentou de 96,5% para 99,1%, entre 2020 e 2021. O aumento no percentual de aprovados na rede privada em 2020 e 2021 foi associado à redução na taxa de abandono, voltando para o patamar de 2019. Na rede pública, a taxa de abandono dos anos iniciais passou de 0,6% para 0,9%.

No ensino fundamental da rede pública, as taxas de aprovação dos anos finais do ensino fundamental caíram em todas as escolas. Em 2020, a taxa de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), na rede pública, foi de 98,9%. Já em 2021, esse percentual caiu para 97,3%. A redução de 1,6 ponto percentual (p.p.) entre um ano e outro foi a primeira nos últimos cinco anos. Com a queda na aprovação, nota-se, consequentemente, um aumento na reprovação entre 2020 e 2021 na etapa educacional.

A rede municipal apresentou a maior queda de desempenho, com 94,7% dos alunos aprovados (em 2020 eram 98%). A rede privada manteve-se praticamente estável, com um crescimento de apenas 0,1 ponto percentual.

Já as taxas de reprovação nos anos finais aumentaram em todas as redes, principalmente na municipal, com aumento de 2,2 pontos percentuais. Na rede pública, a taxa de abandono cresceu 0,9 ponto percentual, passando de 1,2%, em 2020, para 2,1%, em 2021. Na rede privada, apresentou queda de 0,6 ponto percentual, passando de 0,8% para 0,2%.

Ainda no ensino médio, todas as redes apresentaram queda no número de alunos aprovados em relação a 2020. A estadual, que abrange a maioria das matrículas nessa modalidade, teve uma queda de 4,8 pontos percentuais na taxa de aprovação e aumento na taxa de reprovação e abandono, respectivamente, de 1,6 e 3,2 pontos percentuais.

A taxa de abandono do ensino médio alcançou 5% em 2021, influenciada pelo forte aumento da rede estadual. A rede privada foi a única que não apresentou elevação na taxa de abandono.

Baixo rendimento

O Censo Escolar também apresenta informações sobre o desempenho dos estudantes. No ensino médio, mais de 3,2 milhões de alunos participaram de um teste elaborado pelo MEC. Os estudantes acertaram somente 27% das questões básicas de matemática, como simples cálculos com números decimais. Além disso, pouco mais da metade das questões básicas da língua portuguesa, como interpretação e perguntas que diferenciam fatos de opinião.

Os resultados fazem parte do Censo Escolar. O estudo revela, ainda, que alunos das redes pública e privada ingressam no ensino médio com pelo menos dois anos de defasagem, sem dominar as habilidades do 8º ano do ensino fundamental.

Colégio Arvense/Divulgação

Resultados divulgados pelo Censo Escolar impõe desafios no ensino para uma geração de brasileiros, especialmente na rede pública do país

Cautela no Senado com *homeschooling*

» JÁDER REZENDE

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), declarou que não deverá acelerar a tramitação do projeto de lei que institui o ensino domiciliar. "Não haverá açodamento para essa apreciação. Existe uma comissão de educação e não seria razoável subtrair dela um tema desses", disse o senador.

O texto-base do projeto foi acatado na última quarta-feira no plenário da Câmara dos Deputados por 264 votos favoráveis, 144 contrários e duas abstenções.

Mais de 400 instituições divulgaram, na terça-feira, um manifesto contrário à modalidade de ensino. O documento afirma que o modelo proposto de ensino domiciliar "passa longe do que precisa ser feito para melhorar a educação no Brasil e evidencia uma inversão de prioridades do governo federal".

A chefe de Educação do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil (Unicef), Mônica Dias Pinto, lembra que a instituição já havia se posicionado contra o ensino domiciliar em 2021. "A Constituição de 88 estabelece que toda criança e adolescente têm direito à educação de qualidade e que este é um dever do Estado e da família, e a escola é o equipamento público aonde o Estado pode ter olhar protetivo", diz.

Ela destaca que é papel da escola desenvolver projetos pedagógicos. "O Brasil levará décadas para melhorar seus indicadores de aprendizagem. Esse projeto não faz o menor sentido. Devemos acelerar o que já conquistamos, e não o contrário", critica.

A diretora de Educação e Culturas Infantis do Instituto Alana, Raquel Franzim, observa que o ensino domiciliar oferece "risco direto" à educação de qualidade, comprometendo conquistas históricas. "Com essa prática, a escola e também a família ficam completamente vulnerabilizadas. Rifar a educação de crianças dessa forma vai gerar um grande ônus para a educação pública e um conteúdo muito pequeno de políticas públicas", afirma.

"Trata-se de uma prática elitista, voltada a pessoas com condições socioeconômicas elevadas, associada a religiões. Acredito que, sozinhas, as famílias não darão conta dessa tarefa. Esperamos que o Senado corrija esse grande erro", acrescenta a especialista.

A gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica (Anec), Roberta Guedes, também faz ressalvas. "A família e a escola precisam caminhar juntas, não separadas. Não somos contra o ensino em casa, mas contra o formato apresentado, de forma intempestiva", observa. "Os maiores especialistas do país já se posicionaram contrário, inclusive do Conselho Nacional de Educação. É preciso que haja uma discussão técnica, madura, envolvendo especialistas da área. Esperamos que o Senado acolha essa pauta com cautela", alerta Roberta Guedes.

SAÚDE

Imunização contra polio cai para 67%

» MARIA EDUARDA ANGELI*

Como se a pandemia de covid-19 não fosse suficiente, outra ameaça ronda o Brasil: a volta da poliomielite. A doença foi oficialmente eliminada do país em 1989. Porém, a cobertura vacinal contra a virose vem caindo expressivamente desde 2015. Em 2021, apenas 67,8% das crianças foram imunizadas, segundo o Ministério da Saúde. A porcentagem ideal é de 95%.

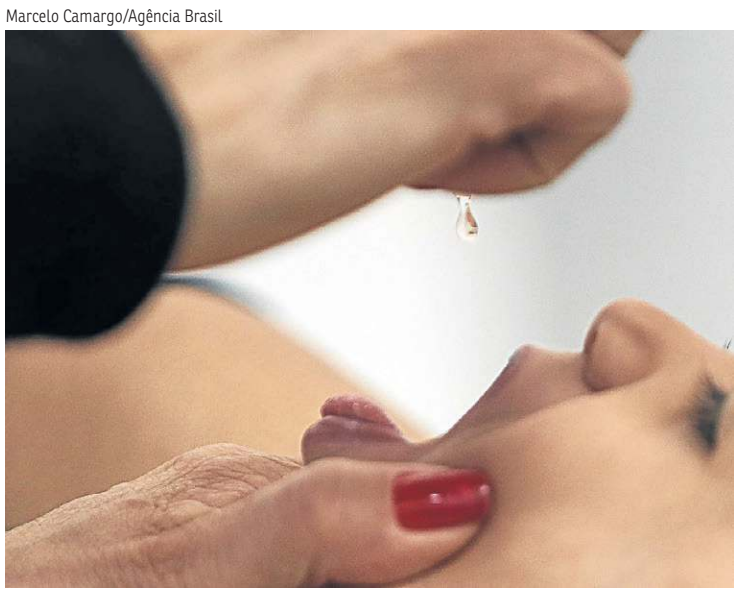
Entre 1968 e 1989, foram 26 mil casos na população infantil. A vacina contra a pólio começou a ser aplicada no Brasil em 1961, mas teve pouca adesão. A partir de 1980, o governo federal iniciou as campanhas do Dia Nacional da Vacinação, com a premissa de imunizar todas as crianças de até 5 anos de idade do país em um único dia. Em três anos, a incidência do vírus se aproximou de zero.

"Sem dúvida, um dos riscos que a gente corre, baixando as coberturas vacinais, é a reintrodução de doenças já controladas. A polio, que no passado vitimava muitas crianças, matava, deixava com sequelas, corre o risco de voltar. Israel já está com oito casos. Malawi registrou um caso, na África, que não tinha nenhum desde 1992. Moçambique também teve mais um caso", aponta o presidente do Departamento Científico de Imunizações da SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria), Renato Kfouri.

A diretora da SBIm (Sociedade Brasileira de Imunizações), Mônica Levi, avalia que a queda na cobertura vem principalmente pela perda de percepção por parte dos pais da importância da imunização. "Os pais perderam o medo das doenças. As vacinas eliminaram tão bem doenças que antes eram comuns, que eles não estão vendo as consequências delas."

"Também a hesitação. A gente está vivendo um momento de fake news, desinformação disseminada, que é pulverizada muito mais rápido do que as informações verdadeiras sobre as vacinas. Os pais estão mais preocupados com os efeitos colaterais da imunização do que com a proteção contra as doenças. Os efeitos nem se comparam com os riscos da doença e das complicações dela", alerta Levi.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Campanha da gotinha, fundamental, tem adesão menor desde 2015

As campanhas educativas, então, são a melhor alternativa. Segundo a diretora, o Brasil era líder em vacinação porque tinha uma comunicação clara e frequente a respeito do assunto. "É inadmissível que você tenha mortes por doenças que são imunopreveníveis em termos de saúde pública e individual", completa. (***Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**)

Mais casos de hepatite

O Ministério da Saúde informou que o número de casos suspeitos de hepatite misteriosa no Brasil subiu para 58. A maior parte foi observada em São Paulo, onde 23 crianças estão sendo acompanhadas. A nova cepa da doença também atinge Minas Gerais (8), Rio Grande do Sul (5), Pernambuco (4), Rio de Janeiro (4), Mato Grosso do Sul (3), Santa Catarina (3), Paraná (2), Espírito Santo (2), Goiás (2), Rio Grande do Norte (1) e Maranhão (1).

No total, foram notificados 70 casos ao Ministério, mas 12 já foram descartados. Os diagnósticos dos demais ainda não foram confirmados. "Cabe ressaltar que o aumento de casos notificados é esperado e não significa agravamento da situação, e sim de maior sensibilidade da rede de saúde", informou o ministério, por meio de nota. A pasta montou uma estrutura para ampliar a notificação de casos e orienta aos profissionais de saúde que suspeitas sejam notificadas imediatamente.

Uma das hipóteses é de que a doença tenha a ver com o Adenovírus 41, causador de resfriado, que foi encontrado em 2/3 das crianças. Vale lembrar que a OMS já descartou a relação dos casos com a vacinação contra covid-19, já que a maior parte dos afetados não foi imunizado.

Na visão da infectologista Ana Helena Germoglio, a situação pode se tornar preocupante caso a incidência da doença continue aumentando. "Se houver mais casos, se torna preocupante, porque a maioria evoluiu para a hepatite fulminante, que é aquela que precisa de transplante hepático. A gente sabe que a situação dos transplantes no Brasil está longe de ser a ideal, e esse tipo de paciente, quando acontece esse tipo de hepatite aguda, tem prioridade na fila dos transplantes. Então vai prejudicar não apenas esses pacientes, mas também outros que estão na fila dos transplantes". (**MEA**)